

**FINANCIADORA** Relatório da Administração: Senhores acionistas: Atendendo às disposições sociais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

**I. Desempenho operacional:** As atividades operacionais da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financiadora") têm por objetivo o financiamento das operações de crédito pessoal e CDC, além de contrato de parceria para financiamento dos usuários do cartão de crédito Lojas Quero-Quero/Verdecard, administrado e emitido pela bandeira Verdecard, cartões de crédito private label para supermercados, emitidos e administrados pela bandeira Sigacred, cartão de crédito Breitaupt e cartão de crédito Holz emitido e administrado pela Companhia, através da aplicação de recursos próprios e coletados de terceiros e partes relacionadas. Em 24 de outubro de 2017, foi prorrogado o contrato de parceria entre a Financiadora e as Lojas Quero-Quero e Verde Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de Não Exclusividade, vigência até 5 de outubro de 2020 e possibilidades de renovação ao final deste. Além de uma operação estruturada para o FIDC Verdecard (Lojas Quero-Quero/Verdecard). Depois de concluir a estruturação de suas operações em 2011, a Financiadora passou a operar a partir de março de 2012 no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parcerias fora do Grupo Quero-Quero. **II. Títulos e Valores Mobiliários:** Em atenção ao disposto no art. 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, a Via Certa Financiadora S.A. possui títulos e valores mobiliários classificados como títulos mantidos "para negociação" em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, a Financiadora não operou com instrumentos financeiros derivativos ao longo do exercício. **III. Gestão Integrada de Riscos:** Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, a Financiadora estabeleceu uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos identificando os riscos inerentes, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. O relatório descritivo do gerenciamento do risco operacional encontra-se na sede da Financiadora.

**IV. Gerenciamento de capital:** A estrutura para gerenciamento de capital da Financiadora está definida com base na Resolução CMN nº 4.557/2017 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital. **V. Ouvidoria:** Esse componente organizacional está implementado desde 30 de setembro de 2007, e estamos buscando contínuas melhorias para o atendimento integral às determinações da Resolução nº 3.849/10 do Bacen. Atualmente, mantemos registradas todas as solicitações efetuadas ao canal de comunicação do Ouvidor. Não recebemos nenhuma reclamação sobre a existência do canal de atendimento e damos o pronto atendimento com a resolução das solicitações dentro dos prazos previstos. Além disso, mantemos atualizados os documentos sociais com as menções sobre as estruturas da Ouvidoria e as atribuições do Diretor de Ouvidoria.

Balancos Patrimoniais em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios/semestre findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para exercícios/semestre findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)									
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2º Sem. 19	2019	2018	Reserva de lucros					
Circulante		294.840	281.599	Circulante		90.741	40.738	Lucro líquido após o I.R. e contrib. social	777	1.296	4.468	Capit. Soc.	Legal	Estatutária	Lucr. acum.	Total	
Disponibilidades	4	991	903	Depósitos a prazo		1.811	1.689	Ajustes por:									
Títulos e valores mobil.		74.959	48.084	Depósitos a prazo	7	1.811	1.689	Const. provis. p/ oper. crédito liq. duvidosa	37.450	82.074	64.626						
Carteira própria	4	74.959	48.084	Recursos aceites e emis. de tit.		77.288	22.511	Provisão passivos contingentes	115	361	151						
Operações de crédito		206.619	221.522	Recursos de aceites cambiais	8	77.288	22.511	Depreciações e amortizações	525	949	781						
Sector privado	5a	271.648	277.320	Outras obrigações		11.642	16.538	Despesas imposto de renda e contrib. social	518	809	5.536						
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(65.029)	(55.798)	Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados		404	449	<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>									
Outros créditos		12.271	11.090	Fiscais e previdenciárias		1.184	1.488	(Aumento) em operações de crédito	(30.795)	(69.747)	(107.207)						
Outros créditos diversos	6	12.271	11.090	Outras obrigações - diversas	9	10.054	14.601	(Aumento) em outros créditos	(552)	(75)	(632)						
Realizável a longo prazo		9.947	7.231	Exigível a longo prazo		184.096	216.036	(Redução)/Aumento em depósitos a prazo	(1.747)	444	6.528						
Operações de crédito		9.354	6.778	Depósitos a prazo		6.310	5.988	(Redução)/Aumento em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(2.812)	22.972	61.895						
Sector privado	6	10.150	7.491	Depósitos a prazo	7	6.310	5.988	Aumento/(Redução) em outras obrigações	1.293	(5.805)	7.281						
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(836)	(713)	Recursos aceites e emis. de tit.		176.979	208.784	Imposto de renda e contribuição social pagos	(34.613)	(52.211)	(32.135)						
Outros créditos		593	453	Outras obrigações		807	1.264	Caixa liq. prov. das ativ. de investim.	(152)	(293)	(223)						
Outros créditos diversos	6	593	453	Outras obrigações - diversas	9	807	1.264	Aquisição de imobilização	(1.111)	(1.361)	(223)						
Permanente		6.530	5.444	Patrimônio líquido	10	36.480	37.500	Caixa líquido prov. das ativ. de investim.	(1.263)	(1.654)	(223)						
Imobilizado de uso		4.931	5.444	Capital				Fluxo de caixa das atividades de financ.									
Imobilizado de uso		7.444	7.151	De domiciliados no país		33.288	33.288	Dividendos pagos	(2.316)	(4.347)	(4.347)						
Depreciações acumuladas		(2.513)	(1.707)	Reservas de lucros		3.192	4.212	Caixa líquido utilizado nas ativ. de financ.	(2.316)	(4.347)	(4.347)						
Intangível		1.599						Variável líquida de caixa e equiv. de caixa	2.816	26.963	31.186						
Intangível		2.912	1.170					Caixa e equivalentes de caixa									
Amortizações acumuladas		(1.313)	(1.170)	Total do passivo e patrimônio líquido		311.317	294.274	No fim do período	73.134	48.987	17.801						
Total do ativo		311.317	294.274			311.317	294.274	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	75.950	75.950	48.987						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				

**1) Contexto operacional:** A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financiadora") foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 5 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. As atividades operacionais da Financiadora tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFJ, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando a ampliar seu mercado de atuação anteriormente restrito ao Grupo Quero-Quero, e com o qual possui contrato de parceria com vigência até 5 de outubro de 2020 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de não exclusividade, a Financiadora concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilização e passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parcerias, as quais representam, aproximadamente, 63,4% (68,4% em 2018) das operações de crédito da Financiadora em 31 de dezembro de 2019. **2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financiadora efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos trimestralmente. Em 24 de março de 2020, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data. **3) Descrição das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financiadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Disponibilidades:** Disponibilidades são representadas por depósitos bancários. **c. Apuração de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados em que ocorrerem simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, exceto quando aplicada a Resolução 2.682/99, que abrange a apuração ao regime de caixa quando ocorrer operações renegociadas e/ou em atraso superior a 59 dias. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram para para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H", e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. **f. Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e dos encargos decorridos. **g. Permanente:** O imobilizado de uso é registrado pelo valor de custo. As depreciações são classificadas pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios, instalações e aeronave e 20% para sistema e equipamentos de processamento de dados e veículos. O ativo intangível está representado por gastos com implementação de software. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, pelo prazo de cinco anos até sua total amortização. Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável (impairment) em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou as circunstâncias indicarem possibilidade de redução do valor de recuperação destes. **h. Passivos circulantes e exigíveis em longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. **i. Tributos:** Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir.

Balancos Patrimoniais em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios/semestre findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)				Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para exercícios/semestre findos em 31/12/2019 e 2018 (Em milhares de reais)									
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018	Fluxos de caixa das atividades operacionais	2º Sem. 19	2019	2018	Reserva de lucros					
Circulante		294.840	281.599	Circulante		90.741	40.738	Lucro líquido após o I.R. e contrib. social	777	1.296	4.468	Capit. Soc.	Legal	Estatutária	Lucr. acum.	Total	
Disponibilidades	4	991	903	Depósitos a prazo		1.811	1.689	Ajustes por:									
Títulos e valores mobil.		74.959	48.084	Depósitos a prazo	7	1.811	1.689	Const. provis. p/ oper. crédito liq. duvidosa	37.450	82.074	64.626						
Carteira própria	4	74.959	48.084	Recursos aceites e emis. de tit.		77.288	22.511	Provisão passivos contingentes	115	361	151						
Operações de crédito		206.619	221.522	Recursos de aceites cambiais	8	77.288	22.511	Depreciações e amortizações	525	949	781						
Sector privado	5a	271.648	277.320	Outras obrigações		11.642	16.538	Despesas imposto de renda e contrib. social	518	809	5.536						
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(65.029)	(55.798)	Cobrança e arrecad. de tributos e assemelhados		404	449	<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>									
Outros créditos		12.271	11.090	Fiscais e previdenciárias		1.184	1.488	(Aumento) em operações de crédito	(30.795)	(69.747)	(107.207)						
Outros créditos diversos	6	12.271	11.090	Outras obrigações - diversas	9	10.054	14.601	(Aumento) em outros créditos	(552)	(75)	(632)						
Realizável a longo prazo		9.947	7.231	Exigível a longo prazo		184.096	216.036	(Redução)/Aumento em depósitos a prazo	(1.747)	444	6.528						
Operações de crédito		9.354	6.778	Depósitos a prazo		6.310	5.988	(Redução)/Aumento em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(2.812)	22.972	61.895						
Sector privado	6	10.150	7.491	Depósitos a prazo	7	6.310	5.988	Aumento/(Redução) em outras obrigações	1.293	(5.805)	7.281						
Provis. p/ oper. de crédito de liq. duvidosa	5b	(836)	(713)	Recursos aceites e emis. de tit.		176.979	208.784	Imposto de renda e contribuição social pagos	(34.613)	(52.211)	(32.135)						
Outros créditos		593	453	Outras obrigações		807	1.264	Caixa liq. prov. das ativ. de investim.	(152)	(293)	(223)						
Outros créditos diversos	6	593	453	Outras obrigações - diversas	9	807	1.264	Aquisição de imobilização	(1.111)	(1.361)	(223)						
Permanente		6.530	5.444	Patrimônio líquido	10	36.480	37.500	Caixa líquido prov. das ativ. de investim.	(1.263)	(1.654)	(223)						
Imobilizado de uso		4.931	5.444	Capital				Fluxo de caixa das atividades de financ.									
Imobilizado de uso		7.444	7.151	De domiciliados no país		33.288	33.288	Dividendos pagos	(2.316)	(4.347)	(4.347)						
Depreciações acumuladas		(2.513)	(1.707)	Reservas de lucros		3.192	4.212	Caixa líquido utilizado nas ativ. de financ.	(2.316)	(4.347)	(4.347)						
Intangível		1.599						Variável líquida de caixa e equiv. de caixa	2.816	26.963	31.186						
Intangível		2.912	1.170					Caixa e equivalentes de caixa									
Amortizações acumuladas		(1.313)	(1.170)	Total do passivo e patrimônio líquido		311.317	294.274	No fim do período	73.134	48.987	17.801						
Total do ativo		311.317	294.274			311.317	294.274	Aumento de caixa e equivalentes de caixa	75.950	75.950	48.987						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)**

**1) Contexto operacional:** A Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financiadora") foi constituída em 20 de agosto de 2001, com a denominação social de Quero-Quero Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, e está autorizada a operar com financiamento de operações de compra a prazo, de operações de crédito pessoal e antecipação de recebíveis, através da aplicação de recursos próprios, captados de terceiros e partes relacionadas. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, recebeu autorização para funcionamento através do despacho de 5 de julho de 2002 do Banco Central do Brasil, publicado no Diário Oficial da União de 10 de julho de 2002, retificado no dia 15 de julho de 2002, tendo iniciado as atividades operacionais em novembro de 2002. As atividades operacionais da Financiadora tem por objetivo principal o financiamento das operações de compra a prazo, operações de crédito pessoal e oferta de crédito rotativo aos clientes portadores do cartão de crédito da Via Certa Financiadora S.A. - CFJ, através da aplicação de recursos próprios e captados de terceiros. Visando a ampliar seu mercado de atuação anteriormente restrito ao Grupo Quero-Quero, e com o qual possui contrato de parceria com vigência até 5 de outubro de 2020 com as Lojas Quero-Quero S.A. e a Verde - Administradora de Cartões de Crédito S.A. com condições de não exclusividade, a Financiadora concluiu a substituição de todo o parque de tecnologia da informação e contratou consultorias especializadas em mitigação de riscos, tecnologia da informação e contabilização e passou a operar no mercado de crédito pessoal e CDC através de novas parcerias, as quais representam, aproximadamente, 63,4% (68,4% em 2018) das operações de crédito da Financiadora em 31 de dezembro de 2019. **2) Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A Financiadora efetua a revisão das estimativas e das premissas pelo menos trimestralmente. Em 24 de março de 2020, a Diretoria executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las, a partir dessa data. **3) Descrição das principais práticas contábeis: a. Moeda funcional:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Financiadora. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Disponibilidades:** Disponibilidades são representadas por depósitos bancários. **c. Apuração de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabeleça que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados em que ocorrerem simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, exceto quando aplicada a Resolução 2.682/99, que abrange a apuração ao regime de caixa quando ocorrer operações renegociadas e/ou em atraso superior a 59 dias. **d. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 do Bacen, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram para para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **e. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As operações estão classificadas de acordo com as características de garantia e os valores individuais envolvidos, e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foi definida para cobrir eventuais perdas e leva em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 do CMN. As baixas de operações de crédito contra prejuízo (write-offs) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos, não sendo registrados posteriormente. As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas

Movimentação: 2º Sem./19 2019 2º Sem./18 2018
Saldo inicial crédito tributário diferido ..... 10.973 9.208 9.321 7.657
- Imposto de renda ..... (899) 204 577 1.501
- Contribuição social ..... (540) 122 (690) 50
Saldo final crédito tributário diferido 9.534 9.534 9.208 9.208
% sobre o patrimônio líquido..... 26,13 26,13 24,55 24,55

Recuperação de créditos tributários: De acordo com o estabelecido no inciso V do art. 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 6,88% a.a., está representado por R\$ 5.835 (R\$ 5.572 em 2018) referentes ao imposto de renda e R\$ 3.501 (R\$ 3.343 em 2018) referentes à contribuição social.

12) Receita de operações de crédito: 2019 2018
Receita com juros contratuais ..... 248.156 483.546 223.539 354.912
Receita com juros de mora e multa ..... 12.061 24.521 12.678 24.656
Desc. de juros contratuais, juro de mora e multa ..... (174.764) (336.594) (142.530) (203.887)
Receita com recuperação de crédito (a) 4.219 7.432 2.877 5.476
Total 89.672 178.905 96.564 181.157

13) Receita de prestação de serviços: Refere-se, basicamente, a comissões de intermediação de operações de seguro prestamista e tarifas de operações do cartão de crédito, conforme composição abaixo: 2019 2018
Receita c/comissões s/vendas de seguros 2.524 8.533 2.706 4.964
Tarifas de antecipação de recebíveis e de cobrança ..... 284 725 201 397
Receita de serviços prioritários (a) ..... 6.126 13.205 6.492 11.444
Total 8.934 22.463 9.399 16.805

14) Outras despesas administrativas: 2019 2018
Despesas de serviços de terceiros (a) ..... 33.047 63.409 38.407 77.716
Desp. c/serviços técnicos especializados 3.928 6.762 1.983 4.119
Despesas c/processamento de dados ... 1.946 4.193 2.080 3.973
Despesas com viagens ..... 409 818 581 843
Despesas c/propaganda e publicidade .. 1.044 2.688 1.332 2.312
Despesas de comunicações ..... 440 928 486 737
Outras despesas ..... 2.405 4.973 2.237 3.819
Total 43.219 83.771 47.106 92.964

15) Despesas tributárias: 2019 2018
Programa de integração social (PIS) ..... 573 1.175 627 1.170
Contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) ..... 3.522 7.223 3.857 7.198
Imposto sobre serviços (ISS) ..... 335 715 354 649
Imposto s/ propriedade de veículos automotores (IPVA) ..... 3 3 3 5
Total 4.433 9.316 4.841 9.022

16) Transações com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações com partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volume de operações ou de prestação de serviços de acordo com as condições estabelecidas em contrato entre as partes, e para operações de crédito em condições específicas, considerando o volume das operações e os prazos de pagamentos, são os seguintes: 2019

Ativo: Lojas Verde Adm. Agrop. Sentinela Via Certa
Quero S/A Cartões Coxilhas Participações S/A Fisicas Total
Valores a receb. (a) 42 - - - - - 42
Rec. aceites camb. (b) - (7.761) (362) (194.276) (202.399)
Desp. adm. pagar (c) (858) (215) - - - (1.073)
Contas a pg -repasses (d) - (767) - - - (767)
Resultado: Rec. aceites camb. (b) - (780) (67) (12.842) (13.689)
Rec. de seg. prot. financ. 400 - - - - 400
Comissões Serv. Fin.-Fidc - 436 - - - 436
Despesas admin. (c) (14.932) (1.063) - - - (15.995)

Ativo: Lojas Verde Adm. Agrop. Sentinela Via Certa
Quero S/A Cartões Coxilhas Participações S/A Fisicas Total
Valores a receb. (a) 38 77 - - - - 115
Rec. aceites camb. (b) - (8.194) (1.120) (178.252) (187.566)
Desp. adm. pagar (c) (457) (114) - - - (571)
Contas a pg -repasses (d) - (4.611) - - - (4.611)
Resultado: Rec. aceites camb. (b) - (337) - (142) (10.887) (11.366)
Rec. de seg. prot. financ. 785 - - - - 785
Comissões Serv. Fin.-Fidc - 328 - - - 328
Despesas admin. (c) (21.990) (2.521) - - - (24.511)

(Passivo) Rec. de aceites camb.(b) (229) (2) (112) (527) (399)
Resultado Rec. de aceites camb.(b) (229) (2) (112) (527) (399)
(Facil Prom. de Vendas e Serv. S.A.) (10.282) (799) (10.282) (799)
Total (17.134) (364) (364) (36.255) (36.255)

(a) Valores a receber referentes a prestação de serviços do FIDC e Seguro de Proteção Financeira. (b) Captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxas que variam de 105% a 115% do CDI em 2019 e 2018. (c) Despesas administrativas a pagar referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados e arquivo de documentos relacionados às operações de crédito concedidas aos clientes da Financeira com as Lojas Quero-Quero S.A. oriundas do contrato de parceria celebrado entre as partes, com vigência até 5 de outubro de 2020, em que a utilização de base de clientes, canais e infraestrutura operacional para exploração de produtos financeiros é remunerada com base em percentual calculado sobre os resultados obtidos e ressarcimento de custos efetivos na utilização de recursos pela Financeira e comissões, serviços de representação comercial, cobrança e correspondente bancário prestados pela Fácil Promotora de Vendas e Serviços S/A. (d) Contas a pagar - repasses referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito realizadas no último dia do exercício a serem repassados em D+1. Remuneração dos administradores: No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os benefícios proporcionados pela Financeira na forma de remuneração fixa, conforme as responsabilidades de seus Administradores, estavam assim compostos:

Remuneração 2019 2018
Encargos sociais ..... 437 799 421 772
Total 536 979 515 946

Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da administração. Conforme Legislação vigente, não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau; (ii) pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10% (dez por cento), salvo autorização específica do Banco Central do Brasil, em cada caso, quando se tratar de operações lastreadas por efeitos comerciais resultantes de transações de compra e venda ou junção de mercadorias, em limites que forem fixados pelo CMN, em caráter geral; (iii) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento); (iv) pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% (dez por cento) quaisquer dos diretores ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até segundo grau.

17) Provisões para passivos contingentes: O valor das contingências contra a Financeira classificadas como provável perda foram provisionadas pelo montante de R\$ 512 e as contingências classificadas como possíveis não provisionadas totalizaram, o montante de R\$ 2.892, em 31 de dezembro e 2019, (R\$ 2.104 em 2018), referente a processos cíveis e trabalhistas.

Natureza 2019 2018
- Trabalhista ..... 48 10
- Civil ..... 464 141
Total 512 151

18) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez, abaixo definidos: a. Gestão integrada de risco: em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, a Financeira estabeleceu uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos responsável pela identificação, pela avaliação, pelo monitoramento, pelo controle e pela mitigação dos riscos da instituição. Essa estrutura, através de metodologia apropriada, realiza avaliações periódicas nos processos, tratando-os de maneira adequada à sua mitigação. b. Risco de mercado: em consonância com o que prevê a Resolução nº 3.464/07 do CMN, a Financeira implementou uma estrutura para gerenciamento dos riscos de acordo com o grau de complexidade dos seus produtos e a dimensão do risco de mercado. c. Risco de crédito: possibilidade de ocorrência de perdas para a Financeira, associadas ao não cumprimento pela contraparte de empréstimo ou operação financeira, de suas obrigações nos termos pactuados. A Financeira entende que o risco de crédito em sua carteira se encontra mantido em níveis aceitáveis de exposição e possui condições de gerenciamento que mitigue exposições, atendendo, assim, a Resolução CMN nº 3.721/2009. d. Gerenciamento de capital: a estrutura para gerenciamento de capital da Financeira está definida com base na Resolução CMN nº 4.557/2017 e prevê procedimentos para apuração de Patrimônio de Referência

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Aos Administradores e Acionistas da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Santo Cristo - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa

Exigido, Patrimônio de Referência, Índice de Basileia, limites mínimos, elaboração de plano de capital, testes de estresse e relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação de capital e risco de liquidez; relacionado ao descaçamento de fluxos financeiros de ativos e passivos, com reflexos sobre a capacidade financeira da Financeira em obter recursos para honrar seus compromissos. O gerenciamento desses riscos é efetuado através de controles que permitem o acompanhamento diário das operações quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração, e não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem hedge de suas posições ativas e passivas. A Administração considera como aceitável sua exposição aos riscos descritos acima em 31 de dezembro de 2019 e não contrata operações com instrumentos financeiros derivativos, tampouco efetuou cessões de crédito no período divulgado. 19) Limite operacional (Acordo da Basileia): Em 31 de dezembro de 2019, a Financeira encontra-se enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 13,80%, a Financeira possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui capital mínimo requerido pelo Bacen, conforme Resolução nº 2.697/99. a. Cálculo do Índice de Basileia:

Demonstrativo das exigibilidades de capital e do índice de Basileia 2019 2018
Patrimônio líquido 36.480 37.500
B - Patrimônio de referência para fins de limites operacionais 34.880 37.500
Alocação de capital: 1 - Risco de crédito (RWA/Atpad) 19.048 20.877
2 - Risco de mercado (RWA/Amcd) - -
3 - Risco operacional (RWA/Opad) 1.176 944
C - Patrimônio de referência exigido (1+2+3) 20.224 21.821
D - Alocação de capit. p/ cobertura de risco das operaç. sujeitas à variação de taxas de juros não classific. na carteira de negociação 487 573
E - Valor da margem ("B"- "C"- "D") 14.169 15.106
F - Adicional de Capital Principal 6.320 4.744
G - Margem sobre o Adicional de Capital ("E"- "F") 7.849 10.362
H - Patrimônio de Referência Requerido para RWA e para RBAN 20.711 22.394
I - Total das exposições ponderadas pelo risco: ("C"/Fator F) 252.798 252.999
J - Capacidade de alavancagem: ("E"/Fator F) 177.112 175.136
K - Índice de Basileia: ("B"/("C"/Fator F)) 13,80% 14,82%
L - Índice de Basileia amplo: ("B"/(("C"/Fator F)+ "D")) 13,77% 14,79%

b. Limites Operacionais: O Banco Central estabeleceu, conforme Circular nº 3.686/2013, os procedimentos para apuração dos limites e dos padrões mínimos regulamentares. Em 31 de dezembro de 2019, as posições da Instituição e as exigências normativas para os limites já regulamentados pelo órgão estão demonstradas a seguir:

Limites regulamentados Exigência (Exigência/Limite) Situação
31/12/2019
Compatibilização do PR com PRE Imobilização 20.224 34.880
17.440 4.931
31/12/2018
Compatibilização do PR com PRE Imobilização 21.821 37.500
18.750 5.444

Cálculo Margem
Limite para Imobilização (LI) (1) 17.440
Valor da situação para o Limite de Imobilização (LI) (2) 4.931
Margem = (1) - (2) 12.509 13.306
Cálculo Índice de Imobilização
Limite para Imobilização (LI) (3) 50,00%
Margem sobre PR (Margem/PR) (4) 33,36%
Índice de Imobilização 16,64% 14,52%

20) Eventos subsequentes: Potenciais Efeitos da Covid-19 nas Demonstrações Financeiras: A Companhia está avaliando os potenciais impactos sobre os seus negócios futuros, que poderão advir da chegada da pandemia "Coronavírus" ao Brasil. Entretanto, até o momento, ainda não existem um conjunto de informações confiáveis para determinar quais serão estes impactos. A Financeira conta com um histórico de lucros nos quais avaliamos que a liquidez será suficiente para arcar com a defasagem nas contratações de crédito que poderão ocorrer ao longo dos próximos 12 meses. Ao mesmo tempo, tem adotado as determinações do Ministério da Saúde com relação a redução de exposição de seus colaboradores.

Wilmar Hammerschmitt - Presidente; Moacir Carlos Engelmann - Diretor de Operações; Fábio Von Groll - Diretor Adm. e Financeiro; Ademir Rogério Diel - Diretor de Negócios; Adelar José Diel - Contador CRC/RS 062617/O.

Porto Alegre, 26 de março de 2020
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7
Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS
KPMG